

CONTEÚDO DO CURSO

77h, 53 min e 19seg

MÓDULO I

HOLDING

01 aula: 29 minutos e 11 segundos

AULA	TEMPO DE AULA	ASSUNTOS ABORDADOS NA AULA
1	29min e 11seg	Aula 01 - Estruturação de Sociedade Holding: Conceitos e Tipos A aula abordou a estruturação de sociedades holding, começando pelo conceito e evolução desse tipo de empresa. Foram discutidos os diferentes tipos de holdings, como a de controle e de participação, e suas classificações econômicas (CNAE). Além desses formatos, também foi abordado o conceito de holding na atualidade, com destaque para as modalidades patrimonial e familiar. A importância de entender os aspectos societários, contábeis e tributários na formação de uma holding foi destacada, assim como a necessidade de separar patrimônios de risco. A aula também mencionou a relevância das holdings no contexto da reforma tributária e a expectativa de mudanças no ITCMD. Por fim, enfatizou-se que holding não é um tipo societário, sendo necessário escolher entre uma sociedade limitada ou anônima para sua formação.

MÓDULO II

ASPECTOS SOCIETÁRIOS E OUTROS PONTOS A SEREM OBSERVADOS

23 aulas: 13 horas, 09 minutos e 20 segundos

AULA	TEMPO DE AULA	CONTEÚDO DA AULA
01	39min e 9seg	Aula 01 - Estrutura de Holdings: melhor tipo societário A aula abordou os aspectos societários relacionados à formação de holdings, destacando a importância de escolher o tipo societário adequado conforme a legislação brasileira. Foram discutidos os conceitos de sociedade, a distinção entre sociedades empresárias e simples, e a importância da autonomia patrimonial. Além disso, a aula enfatizou que uma holding deve ter uma atividade econômica e buscar resultados, não sendo apenas um instrumento de proteção patrimonial. A escolha do tipo societário impacta a responsabilidade dos sócios e o registro da empresa, sendo crucial para o planejamento e operação da sociedade.
02	42min e 8seg	Aula 02 - Tipos Societários e Registros no Brasil A aula abordou os tipos societários previstos na legislação brasileira, destacando a diferença entre sociedades de pessoas e de capital, além das características das sociedades mistas. Foi discutida a importância do registro correto das sociedades nos órgãos apropriados, como a junta comercial ou o cartório de pessoas jurídicas, para garantir a personalidade jurídica e evitar problemas legais. A aula também explorou as vantagens e desvantagens de formar holdings familiares sob a forma de sociedade limitada ou sociedade anônima, considerando aspectos como custos, formalidades e anonimato. Por fim, foram mencionadas questões relacionadas ao regime tributário, como o uso do lucro presumido para holdings patrimoniais.
03	29min e 20seg	Aula 03 - Capital Social e Responsabilidade dos Sócios em LTDA e S/A A aula abordou a importância do capital social na formação de uma empresa, destacando que ele deve ser suficiente para viabilizar o objeto social da empresa. O capital social pode ser integralizado com dinheiro ou bens e é dividido em cotas que os sócios subscrevem e pagam. A responsabilidade dos sócios pode ser solidária ou subsidiária, dependendo do tipo societário e da situação da empresa. A aula também destacou a importância do registro correto da sociedade para garantir sua personalidade jurídica e a separação entre o patrimônio da empresa e o dos sócios.
04	18min e 6seg	Aula 04 - Desconsideração da Personalidade Jurídica e Responsabilidade dos Sócios A aula abordou o conceito de desconsideração da personalidade jurídica, destacando que, embora os sócios geralmente tenham responsabilidade limitada, essa proteção pode ser removida em casos de abuso, como desvio de finalidade ou confusão patrimonial. A desconsideração permite que credores

		acessem os bens pessoais dos sócios quando a personalidade jurídica é usada indevidamente. A aula também mencionou a importância de uma análise cuidadosa do capital social e do passivo para evitar a subcapitalização, que pode levar à desconsideração. Além disso, foi discutida a necessidade de as sociedades terem objetivos claros e capacidade financeira para pagar suas próprias contas.
05	33min e 9seg	Aula 05 - Finalidade e Estratégias na Formação de Holdings A aula abordou a formação de sociedades holding, destacando suas finalidades principais, como planejamento patrimonial, proteção patrimonial, economia tributária, profissionalização da gestão e sucessão familiar. Foi enfatizado que a holding pode ser utilizada para organizar e multiplicar o patrimônio, mas que a proteção patrimonial não é absoluta. Além disso, a aula discutiu a importância de entender as necessidades do cliente para definir o tipo de holding adequado e alertou sobre os riscos e implicações tributárias, incluindo a possibilidade de desconsideração da sociedade se não houver um propósito negocial claro.
06	16min e 13seg	Aula 06 - Tipos de Holdings para Cada Finalidade A aula abordou a importância de entender a finalidade de criar uma holding, destacando que não basta apenas abrir uma; é necessário compreender o tipo e o momento adequado, além de avaliar se realmente vale a pena conforme os objetivos do cliente. A holding pode ser utilizada para organização, profissionalização da gestão e multiplicação do patrimônio, além de oferecer vantagens como redução de custos administrativos e descentralização. No entanto, é crucial evitar riscos, como misturar bens imóveis com sociedades operacionais devido aos riscos associados. A aula também enfatizou a importância de uma correta gestão contábil e financeira, destacando que a holding deve ter caixa para cobrir despesas iniciais e contínuas.
07	42min e 14seg	Aula 07 - Objeto Social x Contabilidade: Gestão de Imóveis em Holdings A aula abordou a relação entre o objeto social e a contabilidade, focando em holdings patrimoniais e a integralização de imóveis no capital social. Foram discutidas as finalidades dos imóveis dentro de uma holding, como venda, locação ou uso como sede, e as implicações contábeis e tributárias dessas finalidades. A aula também tratou das normas brasileiras de contabilidade aplicáveis, a importância de definir o objeto social e a estruturação do capital social em cotas ou ações, a depender do tipo societário, além de discutir a administração e os direitos dos sócios em sociedades limitadas e anônimas.
08	41min e 50seg	Aula 08 - Aquisição Primária e Secundária de Quotas em Holding Nesta aula, exploramos os conceitos de aquisição primária e secundária em sociedades holding, destacando as diferenças entre a integralização de capital social por meio de emissão de novas cotas (aquisição primária) e a transferência de cotas entre sócios ou para terceiros (aquisição secundária). Também abordamos a integralização de capital com cotas de outras sociedades e os procedimentos de aumento de capital social através de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) e mútuo conversível.

		Esses mecanismos são fundamentais para a estruturação e gestão eficiente de sociedades, permitindo flexibilidade e estratégias de investimento e financiamento.
09	33min e 30seg	Aula 09 - Condomínio de Quotas em LTDA: Quando Permitido? A aula abordou o conceito de condomínio de cotas em sociedades limitadas, destacando que, embora as cotas sejam indivisíveis em relação à sociedade, é possível criar um condomínio de cotas para herdeiros, que não possui personalidade jurídica. Foi enfatizado que os condôminos, e não o condomínio, são os verdadeiros sócios. A aula também discutiu restrições legais para sociedades formadas por cônjuges casados em comunhão universal de bens. Além disso, foi abordada a questão da subscrição de capital social com ágio, alertando sobre possíveis implicações tributárias, especialmente para sociedades limitadas.
10	30min e 21seg	Aula 10 - Integralização de Capital Social com Bens Imóveis: Formalidades e Tributação (Parte 01) A conclusão da aula destaca a importância de compreender as regras e procedimentos para a integralização de capital social com bens imóveis, especialmente em sociedades holdings. É crucial seguir as formalidades legais e verificar requisitos com cartórios para evitar problemas futuros. Além disso, é necessário estar atento às questões tributárias, como o ITBI, e às especificidades de diferentes tipos de imóveis, como terrenos de marinha e imóveis em construção. A aula enfatiza a importância de um planejamento cuidadoso e da consulta a profissionais especializados para garantir a conformidade legal e fiscal.
11	36min e 45seg	Aula 11 - Integralização de Capital Social com Bens Imóveis: Formalidades e Tributação (Parte 02) A aula abordou a integralização do capital social com bens imóveis, destacando a importância de considerar o regime de bens dos sócios, especialmente em relação à anuência do cônjuge. Foram discutidos os diferentes regimes de bens no Brasil, como comunhão universal, comunhão parcial e separação de bens, e suas implicações na transferência de imóveis para a pessoa jurídica. A necessidade de autorização judicial para sócios menores de idade e a importância de uma descrição detalhada dos imóveis no contrato social também foram mencionadas. Além disso, a aula destacou a relevância de verificar a aceitação dos documentos nos cartórios de imóveis para evitar problemas futuros.
12	30min e 21seg	Aula 12 - Integralização do Capital Social com Bens Imóveis e Capitalização de Lucros Nesta aula, foi discutido o processo de integralização do capital social com bens imóveis, destacando as modificações trazidas pela instrução normativa DREI de 2024. Foi explicado que o contrato social registrado na junta comercial é o documento necessário para a transferência de imóveis para a pessoa jurídica. Além disso, abordou-se a possibilidade de alterar a cláusula do capital social em alterações contratuais subsequentes, sem a necessidade

		de repetir a descrição dos imóveis. Também foi discutido o aumento de capital social por capitalização de lucros, onde o lucro acumulado pode ser utilizado para aumentar o capital sem a entrada de novos recursos financeiros. Por fim, foram abordadas questões relacionadas à integralização de capital em sociedades anônimas, incluindo a necessidade de laudo de avaliação e a escolha entre o valor de mercado ou o valor da declaração de imposto de renda para a integralização de bens.
13	31min e 23seg	Aula 13 - Transferência de Quotas em Sociedades Limitadas: Como Posso Avaliar? Nesta aula, foi abordado o conceito de aquisição secundária de cotas em sociedades, destacando a diferença entre aquisição primária e secundária. A aquisição secundária ocorre quando um sócio vende suas cotas a outra pessoa, sem que haja entrada de capital na sociedade, apenas no patrimônio do sócio vendedor. Foram discutidos os cuidados necessários na transferência de cotas, como a importância de não confundir a transferência de cotas com a transferência de capital social, e os métodos de avaliação de cotas, que podem ser questionados pela Secretaria da Fazenda em casos de simulação ou valores não comprovados. A aula também destacou a importância de contratos particulares para formalizar a negociação de cotas e as exigências das juntas comerciais em relação à forma de transferência, seja por venda ou doação.
14	37min e 42seg	Aula 14 - Usufruto, Gravames e Reversão A aula abordou o conceito de usufruto, um direito real que pode ser aplicado tanto a imóveis quanto a participações societárias, como cotas de sociedades limitadas ou ações de sociedades anônimas. O usufruto é amplamente utilizado em holdings familiares para planejamento sucessório e patrimonial. A aula explicou como o usufruto pode ser constituído por reserva ou instituição, destacando que ele é inalienável e intransmissível. Também foram discutidas as implicações tributárias do ITCMD na doação de sua propriedade e a importância de cláusulas como incomunicabilidade, inalienabilidade e impenhorabilidade em doações. Além disso, a aula destacou a necessidade de regulamentar o direito de voto no caso de usufruto e considerar cláusulas de reversão e revogação em doações de cotas.
15	44min e 41seg	Aula 15 - Adiantamento da Legítima e ITCMD: Aspectos Legais e Tributários A aula abordou o conceito de "adiantamento da legítima" no contexto de doações de bens, especialmente cotas de sociedades, destacando a importância de respeitar a parte legítima destinada aos herdeiros necessários (descendentes, ascendentes e cônjuge). Foi explicado que a doação de bens em vida pode ser feita, mas deve observar a proporção de herdeiros necessários. Além disso, a aula discutiu o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), suas regras e como ele varia entre estados, com foco em Santa Catarina e Paraná. Foram abordadas estratégias para otimizar a tributação, como a escolha do domicílio tributário, e as implicações legais e fiscais dessas escolhas.

16	28min e 23seg	Aula 16 - Direito de Acrescer e a Doação de Ações em S/A: Procedimentos Nesta aula, foi discutido o processo de doação de ações em sociedades anônimas, destacando-se que, ao contrário das sociedades limitadas, não é necessário registrar a transferência de ações na junta comercial, mas sim escriturar nos livros de registro e transferência de ações nominativas. A doação de ações é um ato de liberalidade que pode incluir cláusulas como inalienabilidade e usufruto. Foi enfatizado que o usufruto é personalíssimo e não se transfere, a menos que haja estipulação expressa de direito de acrescer, quando constituído em favor de duas ou mais pessoas. Além disso, foi abordada a importância de considerar a legislação estadual sobre ITCMD, que pode tributar a transmissão de direitos em casos de usufruto. A aula concluiu com a promessa de continuar o tema em aulas futuras, abordando reversão e revogação.
17	38min e 40seg	Aula 17 - Reversão e Revogação: Inexecução de Encargos e Impactos Tributários A aula abordou a transferência de cotas em sociedades, destacando a importância da cláusula de reversão em doações, que permite que os bens doados retornem ao doador caso o donatário faleça primeiro. Também foram discutidos os encargos que podem ser estabelecidos em doações, como encargos alimentícios, e a possibilidade de revogação da doação caso esses encargos não sejam cumpridos. Além disso, a aula explicou a diferença entre a transferência de cotas por doação e por venda, e como isso impacta a incidência de impostos como o ITCMD. Por fim, foi enfatizado que, ao integralizar um imóvel no capital social de uma holding, a propriedade do imóvel passa para a sociedade, e o sócio se torna proprietário das cotas.
18	30min e 4seg	Aula 18 - Quotas em Tesouraria, Porte de ME e EPP e Importância do Contrato Social Nesta aula, discutimos a operação de cotas em tesouraria, onde uma sociedade adquire suas próprias cotas através de uma aquisição secundária, sem reduzir o capital social. Abordamos também a importância de um contrato social bem elaborado, especialmente em sociedades holding, destacando a necessidade de colaboração entre advogados e contadores. Além disso, enfatizamos a relevância de cláusulas facultativas no contrato social, que, embora não obrigatórias, são essenciais para regular a relação entre sócios e a atividade econômica da sociedade.
19	27min e 40seg	Aula 19 - Cláusulas Essenciais em Contratos Sociais A aula destacou a importância das cláusulas em contratos sociais, enfatizando que, embora algumas sejam facultativas, elas são fundamentais para garantir a harmonia entre os sócios e a saúde da sociedade. Foram abordadas cláusulas como falecimento de sócio, exclusão por justa causa, direito de retirada, entre outras, que ajudam a regular situações críticas e a proteger os interesses dos sócios. A elaboração cuidadosa de um contrato social, com previsões claras e específicas, é essencial para evitar conflitos futuros e assegurar a continuidade e o sucesso da sociedade.

20	01h, 04min e 17seg	Aula 20 - Cláusulas Essenciais e Estratégias em Contratos Sociais A aula abordou a importância de cláusulas facultativas em contratos sociais, destacando o direito de retirada de sócios em sociedades de prazo indeterminado, conforme o artigo 1029 do Código Civil. Foi enfatizada a necessidade de notificação e ciência dos sócios para formalizar a saída, além de discutir a apuração e liquidação das cotas. A aula também explorou a relevância de prever regras para distribuição de lucros, tanto de forma intermediária quanto desproporcional, e a introdução de cláusulas como Golden Share e lock-up para proteger interesses específicos dentro da sociedade. Por fim, foram apresentados modelos de contratos sociais e alterações contratuais, destacando a importância de uma boa estruturação para evitar conflitos futuros.
21	45min e 18seg	Aula 21 - Diferenças e Responsabilidades: Sócio, Administrador e Usufrutuário em Sociedades A aula abordou a distinção entre as figuras do sócio e do administrador em uma sociedade, destacando suas responsabilidades e atribuições distintas. O sócio investe capital e recebe dividendos, enquanto o administrador organiza e gerencia as operações da empresa, recebendo pró-labore. A aula também discutiu a possibilidade de administradores residirem fora do país, desde que constituam procuradores, e as restrições para servidores públicos federais na ativa. Além disso, foram abordadas as diferenças entre usufrutuário e administrador, e entre inventariante e administrador, enfatizando que cada papel tem funções específicas. Por fim, a aula tratou da representação de menores de idade em sociedades, destacando a necessidade de representação por ambos os pais, salvo exceções justificadas.
22	27min e 48seg	Aula 22 - Distribuição de Lucros: Regras e Procedimentos A aula abordou a distribuição de lucros nas sociedades, destacando que, em regra, a distribuição ocorre anualmente após o encerramento do exercício social. No entanto, é possível realizar distribuições intermediárias, desde que previstas no contrato social. A distribuição de lucros pode ser proporcional ou desproporcional, dependendo do que for estipulado no contrato. É essencial realizar a apuração correta dos lucros antes de qualquer distribuição para evitar problemas legais e tributários. A aula enfatizou a importância de seguir procedimentos adequados, como a realização de reuniões e o registro de atas, para garantir a conformidade com as normas legais.
23	25min e 18seg	Aula 23 - Dividendos para Usufrutuários e Governança em Sociedades Holding Nesta aula, foi discutido o tratamento tributário dos dividendos, especialmente no contexto de usufruto e sociedades holding. Foi explicado que os dividendos pagos ao usufrutuário são isentos de imposto de renda, desde que calculados com base nos resultados a partir de janeiro de 1996. Além disso, a aula abordou a contabilização de dividendos em sociedades holding, destacando que os dividendos recebidos por usufrutuários não são tributados. Também foi discutida a importância dos acordos de sócios para a governança corporativa

		e familiar, incluindo a possibilidade de formar blocos de votos e a necessidade de registrar ou manter em sigilo certas cláusulas desses acordos. A aula encerrou o módulo 2, com a promessa de iniciar o módulo 3, que tratará de aspectos contábeis e tributários na formação de sociedades holding.
--	--	--

MÓDULO III
ASPECTOS CONTÁBEIS E TRIBUTÁRIOS
53 aulas: 41 horas, 54 minutos e 58 segundos

AULA	TEMPO DE AULA	CONTEÚDO DA AULA
01	32min e 28seg	Aula 01 - Aspectos Contábeis e Tributários na Formação de Sociedades Holding A aula aborda aspectos contábeis e tributários na formação de uma sociedade holding. Discute a integralização de bens imóveis no capital social, destacando a importância de entender a finalidade dos imóveis para classificá-los corretamente no balanço patrimonial, seja como estoque, propriedade para investimento ou imobilizado. A aula também explora a estrutura do balanço patrimonial, incluindo ativo, passivo e patrimônio líquido, e a diferença entre capital social e reservas de capital. Além disso, menciona a imunidade tributária do ITBI e as implicações da reforma tributária em andamento no Brasil.
02	32min e 26seg	Aula 02 - Aspectos Contábeis e Tributários de Imóveis: Imobilizado, Propriedade para Investimento e Estoque Nesta aula, exploramos os aspectos contábeis e tributários relacionados à classificação de imóveis dentro de uma sociedade, destacando a importância de diferenciar entre imobilizado e propriedade para investimento. Discutimos como a correta classificação contábil impacta na tributação durante a venda de imóveis, considerando o objeto social da empresa e as características do imóvel. A solução de consulta COSIT 07 de 2021 e decisões do CARF foram mencionadas como referências importantes para entender essas classificações e suas implicações tributárias. A aula enfatizou que a finalidade do imóvel e o objeto social da empresa são cruciais para determinar a correta contabilização e tributação.
03	46min e 50seg	Aula 03 - Intangibilidade do Capital Social e o Tratamento Jurídico Diferenciado para ME e EPP A aula abordou a questão do capital social e sua intangibilidade, explicando que a depreciação ou reavaliação de imóveis não afeta o capital social, mas sim o patrimônio líquido. Também discutiu o enquadramento de empresas como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), destacando que isso não está diretamente relacionado ao regime tributário do Simples Nacional. Foram explicadas as condições e vedações para o enquadramento como ME ou EPP, e como isso pode influenciar no tratamento jurídico diferenciado em áreas como societária e tributária. Além disso, a aula esclareceu que holdings patrimoniais podem se enquadrar como ME ou EPP, desde que cumpram certos requisitos, mas não podem optar pelo Simples Nacional se tiverem atividades impeditivas.

04	44min e 16seg	Aula 04 - Aspectos Tributários das Sociedades Holdings: Planejamento e Reforma Tributária Nesta aula, foram abordados os aspectos contábeis e tributários relacionados às sociedades holdings, destacando a importância do planejamento tributário com propósito comercial para evitar evasão fiscal. Foram discutidos os regimes tributários aplicáveis, como o lucro presumido e o lucro real, e as limitações do Simples Nacional para holdings. Além disso, foi introduzida a reforma tributária em andamento, que trará mudanças significativas com a introdução do IBS e CBS, substituindo tributos como PIS, COFINS, ICMS e ISS. A aula enfatizou a necessidade de compreender o sistema tributário atual para se preparar para as futuras alterações.
05	54min e 20seg	Aula 05 - Tributação sobre Venda de Imóveis em Holding: Como calcular Nesta aula, exploramos a tributação de sociedades holding, destacando a importância de compreender o regime tributário atual e as mudanças previstas na reforma tributária. Analisamos a tributação sobre a venda de imóveis, tanto na pessoa jurídica quanto na física, e discutimos a importância de estruturar corretamente os imóveis na contabilidade para otimizar a carga tributária. Além disso, abordamos os custos e considerações ao formar uma sociedade holding, enfatizando a necessidade de planejamento estratégico para maximizar benefícios fiscais e patrimoniais.
06	54min e 40seg	Aula 06 - Tributação sobre Locação de Imóveis em Holding: Como calcular Nesta aula, exploramos a tributação na locação de bens imóveis, comparando os regimes aplicáveis à pessoa física e à pessoa jurídica. Analisamos como o lucro presumido é utilizado na pessoa jurídica e as implicações tributárias para a pessoa física, incluindo o uso do carnê-leão e as deduções possíveis. Além disso, discutimos a viabilidade de formar uma sociedade holding, considerando não apenas a economia tributária, mas também as despesas envolvidas e os objetivos estratégicos, como a profissionalização da gestão de ativos e a sucessão patrimonial. É essencial avaliar todos esses aspectos para determinar a melhor abordagem tributária e estrutural.
07	40min e 21seg	Aula 07 - Imunidade Tributária e ITBI na Formação de Sociedades Holding A aula abordou aspectos contábeis e tributários relacionados à formação de sociedades holding, com foco no ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis). Inicialmente, foi apresentada uma calculadora de simulação do Imposto de Renda disponível no site da Receita Federal, útil para calcular tributação na pessoa física. A aula destacou a importância de considerar rendimentos e deduções ao decidir entre tributação na pessoa física ou jurídica. Em seguida, a discussão se concentrou no ITBI, explicando que ele incide sobre a transmissão onerosa de bens imóveis entre pessoas vivas, mas há imunidade em certas operações, como integralização de capital social com bens imóveis. A Constituição Federal prevê imunidade para essas operações,

		mas na prática, muitos municípios aplicam uma imunidade parcial. A aula também abordou a diferença entre o que a legislação prevê e a prática cotidiana, além de discutir a possibilidade de buscar imunidade total ou incondicional através do judiciário, embora sem garantia de sucesso.
08	39min e 27seg	Aula 08 - Imunidade Tributária do ITBI e Estratégias Nesta aula, foi discutida a questão da imunidade tributária do ITBI na integralização de bens imóveis ao capital social de uma pessoa jurídica. A aula destacou que, embora a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional prevejam essa imunidade, na prática, os municípios frequentemente cobram o ITBI sobre valores que excedem o capital social integralizado. Foi abordado o tema 796 do STF, que esclarece que a imunidade não se aplica ao valor dos bens que excedem o capital a ser integralizado. A aula também discutiu estratégias para lidar com a cobrança do ITBI, incluindo a possibilidade de judicialização e a importância de considerar fatores como o valor de mercado e a declaração de imposto de renda. Além disso, foi mencionado que a imunidade pode ser condicional, dependendo da receita operacional da sociedade nos três anos seguintes à integralização na constituição.
09	01h, 02min e 02seg	Aula 09 - Imunidade do ITBI: Desafios e Estratégias Jurídicas A aula abordou a complexidade da imunidade do ITBI em operações de integralização de capital social com bens imóveis. Foi discutido o caso específico do tema 796, que trata da tributação sobre valores excedentes destinados à reserva de capital, e não sobre a avaliação a valor de mercado. A aula destacou a importância de não prometer imunidade total ao cliente, considerando a jurisprudência ainda incerta e a possibilidade de estratégias judiciais, como mandado de segurança ou ação ordinária. Além disso, foi enfatizado que o planejamento deve incluir o custo do ITBI, e que a busca por imunidade total é um caminho incerto e arriscado.
10	58min e 18seg	Aula 10 - Imunidade do ITBI: Condicional e Incondicional A aula abordou a imunidade do ITBI, destacando a diferença entre imunidade condicional e incondicional. A imunidade condicional depende de a atividade preponderante da empresa não ser a compra, venda ou locação de imóveis, conforme especificado no Código Tributário Nacional. Já a imunidade incondicional, informada no contexto do tema 796 do STF, sugere que, em casos de integralização de capital social, essa condição não se aplicaria. A aula também destacou a importância de entender as regras municipais e a possibilidade de judicialização para buscar imunidade total ou incondicional. Além disso, mencionou-se o tema 1348, que será julgado pelo STF, podendo trazer definições importantes sobre o assunto.
11	33min e 37seg	Aula 11 - ITBI e Direitos Aquisitivos: Incidência e Imunidade Tributária A aula aborda o tema 1124 do STF, que trata do fato gerador do ITBI, estabelecendo que ele ocorre apenas com a efetiva transferência da propriedade imobiliária mediante registro. O professor explica que, na aquisição primária de um imóvel em construção, não há incidência de ITBI até que a propriedade seja registrada. No entanto, em casos de cessão de

		direitos aquisitivos, especialmente quando onerosa, o ITBI pode incidir. A aula também discute a integralização de capital social com direitos aquisitivos e a imunidade tributária associada, além de abordar a possibilidade de integralizar bens de terceiros no capital social de uma pessoa jurídica e as implicações fiscais disso.
12	23min e 15seg	Aula 12 - Desincorporação de Imóveis: Imunidade do ITBI? A aula abordou aspectos tributários relacionados ao capital social, como o ITBI e o ganho de capital. Discutiu-se a possibilidade de reduzir a base de cálculo ao transferir um imóvel para integralização de capital social e a imunidade do ITBI em devoluções de imóveis ao sócio que os integralizou. Também foi mencionado o pagamento de dividendos em imóveis, que está isento de imposto de renda, mas sujeito ao ITBI. A aula destacou a importância de entender as legislações e julgados recentes sobre imunidade tributária e a necessidade de buscar judicialmente essa imunidade em alguns casos.
13	39min e 38seg	Aula 13 - Desincorporação de Bens e Implicações Tributárias na Saída de Sócios A aula aborda a desincorporação de bens imóveis do patrimônio de uma pessoa jurídica quando um sócio decide sair da sociedade. O processo envolve a devolução de ativos ao sócio, que pode ser feita pelo valor contábil ou de mercado. A operação é considerada onerosa e pode ter implicações tributárias, como a incidência do ITBI, embora haja possibilidade de imunidade tributária conforme o Código Tributário Nacional. A aula também discute a tributação na pessoa jurídica e na pessoa física, dependendo do valor pelo qual os bens são avaliados. Além disso, são abordadas as vantagens e desvantagens de integralizar bens a valor de mercado, especialmente em contextos de planejamento sucessório e doação de cotas. A legislação relevante, como a Lei 9.249 e a Lei 7.713, é mencionada para explicar a apuração de ganho de capital e possíveis reduções na base de cálculo.
14	01h, 43min e 50seg	Aula 14 - Planejamento Sucessório e Tributação de Imóveis A aula explorou detalhadamente a apuração do ganho de capital e sua tributação no imposto de renda, com foco em operações como doação de imóveis e integralização de capital social. Foram discutidas as opções de declarar o valor de mercado ou o valor constante na declaração de imposto de renda, e suas respectivas implicações fiscais. A importância do planejamento sucessório foi destacada, apresentando estratégias para minimizar a carga tributária, como a criação de sociedades holding. Além disso, foram abordados os custos associados a essas operações, incluindo impostos como ITCMD e ITBI, e os cuidados necessários ao registrar imóveis em cartórios. A aula também enfatizou a necessidade de considerar fatores legais e tributários ao realizar essas operações, visando uma gestão patrimonial eficiente e conforme a legislação vigente.
15	42min e 55seg	Aula 15 - Planejamento Sucessório e ITCMD: Estratégias e Implicações Tributárias

		A aula abordou o planejamento sucessório e o ITCMD, destacando sua previsão legal na Constituição e a regulamentação estadual. Discutiu-se a formação de holdings como uma estratégia para proteger o patrimônio familiar e otimizar a carga tributária, especialmente em face de possíveis aumentos futuros nas alíquotas do ITCMD. Foram explicadas as formas de realizar a sucessão em vida, incluindo doações diretas e a criação de sociedades holdings, com foco na doação de cotas. A aula enfatizou a importância de observar a parte disponível e indisponível do patrimônio, garantindo que a legítima dos herdeiros necessários seja observada para evitar problemas futuros. Além disso, foram abordadas as regras de colação, que determinam como as doações feitas em vida devem ser tratadas no momento do inventário, assegurando uma divisão justa entre os herdeiros.
16	36min e 22seg	Aula 16 - Planejamento Sucessório e ITCMD: Competência e Domicílio Fiscal A aula abordou o planejamento sucessório por meio da formação de uma sociedade holding e a doação de cotas, focando no imposto ITCMD, que é de competência dos estados e do Distrito Federal. Foram discutidas as regras de domicílio fiscal, destacando a possibilidade de escolher o estado com legislação mais favorável para o ITCMD, mas também os riscos associados a essa escolha. A aula enfatizou a necessidade de informar os clientes sobre os riscos de planejamento tributário e a importância de entender as legislações estaduais e as mudanças legislativas em andamento.
17	49min e 47seg	Aula 17 - Estratégias de Domicílio Fiscal e Avaliação de Quotas para ITCMD A aula aborda a escolha do domicílio fiscal para operações de doação de cotas, tendo como base o art. 127 do CTN. A aula destaca que determinados estados possuem uma legislação mais favorável em termos de base de cálculo e alíquota do ITCMD. São Paulo é citado como um exemplo de estado com regras mais vantajosas, utilizando o valor contábil patrimonial para cálculo do imposto. A aula também discute estratégias para evitar fiscalizações desfavoráveis, como a criação de holdings em estados específicos e a importância de entender a legislação de cada estado para aplicar corretamente as regras fiscais. Além disso, são explicados os métodos de avaliação das cotas, como o valor de mercado e o valor patrimonial contábil, e a necessidade de ajustar ativos e passivos para determinar a base de cálculo do imposto.
18	53min e 43seg	Aula 18 - ITCMD: Entendendo a Legislação Estadual A aula aborda o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) e a importância de entender a legislação específica de cada estado brasileiro. Destaca-se a necessidade de analisar a base de cálculo, fato gerador, alíquotas, isenções e regras de domicílio do doador. Exemplos de estados como Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Bahia e Amazonas são discutidos, mostrando diferenças nas legislações, como alíquotas progressivas e métodos de avaliação de cotas. A aula também menciona a importância de reavaliar ativos

		e passivos para determinar o valor de mercado das cotas e a possibilidade de arbitramento fiscal pelo estado.
19	53min e 58seg	Aula 19 - Explorando o Fantástico Mundo do Usufruto A aula abordou o conceito de usufruto, destacando sua importância no planejamento sucessório e em sociedades holdings. Foram discutidas as possibilidades de constituição e extinção do usufruto, incluindo a reserva de usufruto em doações de cotas e a definição de frações de direitos. A aula também explorou o direito de acrescer, que permite a transferência da fração do usufruto entre usufrutuários sobreviventes, e as implicações fiscais do ITCMD. A complexidade e flexibilidade do usufruto foram enfatizadas, mostrando que ele vai além de uma simples reserva ou instituição.
20	48min e 06seg	Aula 20 - Usufruto em Sociedades Holding: Conceitos e Implicações Jurídicas e Tributárias A aula aborda o conceito de usufruto, destacando suas aplicações em sociedades holding. Discute-se a diferença entre reserva e instituição de usufruto, explicando como esses mecanismos podem fracionar direitos de propriedade e usufruto. A aula também explora questões tributárias relacionadas ao ITCMD e a importância de definir regras claras para a constituição de usufruto, como o direito de acrescer e a extinção do usufruto. Além disso, são abordadas as implicações do usufruto na redução de capital social e na liquidação de cotas, enfatizando quem tem direito ao valor recebido nessas operações. A importância de estipular o direito de voto exclusivo para o usufrutuário e criar mecanismos para proteger os interesses dos envolvidos também é discutida.
21	49min e 40seg	Aula 21 - Incidência do ITCMD na Transferência de Nua Propriedade e Instituição de Usufruto A aula abordou a incidência do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) na transferência de nua propriedade e na instituição de usufruto por doação, destacando as diferenças entre os estados de Santa Catarina e Paraná. Foram discutidas as formas de avaliação das cotas, as alíquotas aplicáveis e as implicações fiscais, como a possibilidade de parcelamento do imposto em Santa Catarina e a necessidade de garantia ao Estado para registro na junta comercial. A aula enfatizou a importância de entender as legislações estaduais específicas para calcular corretamente o imposto devido.
22	32min e 00seg	Aula 22 - ITCMD: Aspectos Práticos da Doação de Quotas e Usufruto Nesta aula, foi abordado o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) com foco em exemplos práticos de doação de cotas com e sem reserva de usufruto, utilizando o sistema da Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina. Foram discutidos os diferentes fatos geradores, como a transmissão da nua propriedade e a instituição de usufruto, além das responsabilidades dos doadores e donatários no recolhimento do imposto. A aula destacou a importância de preencher corretamente as declarações para

		evitar problemas futuros, como a necessidade de retificação e possíveis penalidades.
23	46min e 43seg	Aula 23 - Planejamento Sucessório e Estratégias Fiscais com ITCMD A aula abordou o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) e as isenções previstas na legislação de São Paulo, destacando que doações até R\$ 92.550 estão isentas do imposto. Foi discutida a importância do planejamento sucessório, especialmente através da formação de sociedades holdings, para otimizar a tributação e evitar custos elevados de inventário. A aula também mencionou a possibilidade de mudanças futuras na legislação, como o Projeto de Lei Complementar 108 de 2024, que pode alterar as regras do ITCMD. Além disso, destacou-se a importância de considerar a segregação de riscos ao formar uma holding e a necessidade de doação das cotas para efetivar o planejamento sucessório.
24	38min e 10seg	Aula 24 - Gravames em Doações: Inalienabilidade, Incomunicabilidade e Impenhorabilidade A aula abordou os gravames de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade em operações de doação, especialmente no contexto de sociedades holdings. Destacou-se que esses gravames podem ser impostos em doações, mas não em vendas, e que eles têm implicações legais significativas, como impedir a transferência ou penhora dos bens doados. A aula também discutiu a possibilidade de aplicar esses gravames aos frutos dos bens doados, embora a legislação permita certa flexibilidade, dependendo de cláusulas contratuais específicas. Além disso, enfatizou-se a importância de um planejamento cuidadoso e bem estruturado ao lidar com essas questões, considerando os riscos legais e a necessidade de colaboração entre profissionais de diferentes áreas do direito.
25	42min e 35seg	Aula 25 - Subrogação e Gravames em Doações: Riscos e Cuidados Jurídicos A aula abordou os gravames de incomunicabilidade, empenhorabilidade e inalienabilidade em doações, destacando a possibilidade de subrogação desses gravames para novos bens mediante autorização judicial. Discutiu-se também a importância de documentar riscos associados a essas operações, especialmente em sociedades holding, através de cartas de conforto. A aula enfatizou a necessidade de planejamento cuidadoso para evitar problemas futuros, considerando as interpretações legais e práticas comuns.
26	26min e 27seg	Aula 26 - Regimes de Bens: Divórcio e Sucessão Nesta aula, discutimos os diferentes regimes de bens no casamento e suas implicações em casos de divórcio e sucessão. Analisamos como a comunhão universal, comunhão parcial, separação de bens e a união estável afetam a partilha de bens e a herança. Destacamos que, dependendo do regime, o cônjuge sobrevivente pode ter direito à meação, mas não necessariamente à herança, especialmente se houver descendentes. Também abordamos a importância de entender as regras do Código Civil, como o artigo 1829, que

		define a ordem de vocação hereditária. Na próxima aula, exploraremos os efeitos dos gravames em diferentes regimes de bens.
27	26min e 00seg	Aula 27 - Gravames em Doações: Proteção e Implicações nos Regimes de Bens A aula abordou os gravames que podem ser impostos em atos de doação de bens, como inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade. Esses gravames podem ser aplicados tanto aos bens doados quanto aos frutos desses bens, dependendo do regime de bens do donatário, como comunhão universal, comunhão parcial, separação de bens, entre outros. A aula também discutiu as condições para o cancelamento desses gravames, que pode ocorrer pelo doador em vida, pela morte do donatário ou mediante processo judicial. Além disso, foi mencionada a possibilidade de doação modal, onde a doação é condicionada a uma obrigação específica.
28	26min e 43seg	Aula 28 - Doação Modal e Implicações Jurídicas em Operações Onerosas A aula abordou o conceito de doação modal, onde o doador impõe uma obrigação ao donatário em troca da liberalidade, como a compra de bens ou cotas de uma sociedade. Foi discutido que, embora seja possível impor gravames como incomunicabilidade, inalienabilidade e impenhorabilidade em doações, isso não se aplica a operações onerosas, como a compra de cotas com dinheiro doado. A aula destacou a importância de um planejamento cuidadoso ao estruturar sociedades holdings, alertando sobre os riscos de registrar cláusulas que podem não se sustentar legalmente no futuro.
29	41min e 50seg	Aula 29 - Tributação e Fiscalização em Operações de Permuta e Sociedades A aula abordou questões relacionadas à tributação em operações de permuta sem torna, destacando a possibilidade de incidência do ITCMD em trocas desproporcionais. Também foram discutidas as obrigações fiscais de sociedades, como a entrega de declarações acessórias e a importância da contabilidade. Além disso, a aula enfatizou a fiscalização crescente das operações financeiras e imobiliárias, destacando a necessidade de cuidado com transações que possam ser vistas como simulações ou doações disfarçadas. Por fim, foram abordados os procedimentos para declaração de imposto de renda em operações de compra e venda de cotas.
30	33min e 55seg	Aula 30 - Sociedades de Veículo e Efêmeras: Riscos e Implicações Fiscais A aula abordou conceitos de sociedades de veículo e efêmeras, destacando operações que podem chamar a atenção do fisco por serem utilizadas para dissimular transações patrimoniais e evitar tributações. Exemplos práticos foram discutidos, mostrando como essas sociedades podem ser usadas para fins de elisão fiscal, mas também os riscos associados, como a desconsideração pelo fisco ou credores. A importância de ter um propósito comercial legítimo na formação de sociedades foi enfatizada, alertando sobre as consequências legais de operações fraudulentas.
31	30min e 09seg	Aula 31 - Cessão de Imóveis e Estratégias Fiscais em Sociedades

		A aula abordou a cessão de imóveis entre sociedades, destacando a prática de uma sociedade possuir a propriedade dos imóveis enquanto outra realiza a locação. Foram discutidos os riscos e erros comuns nessa operação, como a tentativa de obter imunidade tributária do ITBI mantendo a sociedade proprietária inativa. A aula também explicou a diferença entre locação direta e intermediação, enfatizando a importância de usar o CNAE correto para evitar problemas fiscais. A operação correta deve ser registrada adequadamente, considerando se a sociedade realiza a locação em nome próprio ou apenas intermedia.
32	35min e 06seg	Aula 32 - Estratégias e Riscos na Formação de Sociedades Imobiliárias A aula abordou questões relacionadas à formação e operação de sociedades, especialmente no contexto de locação de imóveis e imunidade tributária do ITBI. Discutiu-se a importância de escolher corretamente o CNAE para evitar problemas fiscais, a necessidade de inscrição em conselhos regionais para atividades de intermediação, e os riscos associados à criação de sociedades sem atividade econômica real. Também foram abordados aspectos legais e fiscais, como prazos de prescrição e decadência, e a importância de um planejamento cuidadoso para minimizar riscos. A aula destacou a responsabilidade dos profissionais em informar os clientes sobre os riscos envolvidos e a necessidade de documentação adequada para proteger ambas as partes.
33	01h, 05min e 05seg	Aula 33 - Nova Sistemática Tributária: IBS e CBS na Sociedade Holding A aula abordou a nova sistemática tributária nacional introduzida pela Emenda Constitucional 132, que trouxe significativas mudanças no sistema tributário brasileiro. Foram criados dois novos tributos, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que substituirão vários impostos atuais, como PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A implementação completa ocorrerá até 2033, com um período de transição começando em 2027. A aula destacou que, apesar das mudanças, a Sociedade holding não deixará de ser uma ferramenta de uso para planejamentos, pois possui outros objetivos além da economia tributária. A nova legislação busca simplificar o sistema tributário, embora não necessariamente reduzir a carga tributária. A expectativa é que a alíquota referencial seja de 28%, mas isso ainda é especulativo. A aula concluiu com a promessa de cálculos futuros para entender melhor o impacto dessas mudanças.
34	48min e 21seg	Aula 34 - Transição Tributária: Impactos do IVA Dual na Venda de Imóveis Nesta aula, discutimos a transição do sistema tributário atual para o novo sistema IVA dual, que inclui o IBS e a CBS. Analisamos como essas mudanças afetarão a tributação sobre a venda de imóveis por sociedades holdings, destacando o impacto no aumento da carga tributária. Também abordamos a possibilidade de redutores de alíquota e base de cálculo, além da importância do princípio da não-cumulatividade, que permite o aproveitamento de créditos tributários. A aula destacou a necessidade de

		regulamentações adicionais para esclarecer aspectos como o redutor de ajuste, que pode influenciar a carga tributária final.
35	41min e 28seg	Aula 35 - Tributação de Operações Imobiliárias no Novo Modelo IVA Dual A aula abordou o novo modelo tributário IVA Dual, composto pelos tributos CBS e IBS, e sua aplicação em operações imobiliárias. Foi discutido como a tributação incide sobre pessoas físicas e jurídicas, destacando que uma pessoa física pode ser considerada contribuinte regular do IBS e CBS dependendo de suas operações no ano anterior. A análise comparou a carga tributária entre pessoas físicas e jurídicas, considerando diferentes cenários de venda de imóveis, e destacou a importância de entender as regras específicas para cada tipo de contribuinte. A aula concluiu que, em alguns casos, pode ser mais vantajoso realizar vendas como pessoa física, dependendo das condições específicas de tributação.
36	42min e 27seg	Aula 36 - Tributação de Bens Imóveis: Enquadramento de Pessoas Físicas e Regras do IBS e CBS A aula abordou a nova Lei Complementar 214 de 2025, que introduz os tributos IBS e CBS como parte do IVA dual. Foi discutido quando uma pessoa física pode ser considerada contribuinte regular desses tributos, com base em operações com bens imóveis. A análise se concentra em dois parágrafos do artigo 251, que definem critérios para o enquadramento como contribuinte regular, tanto considerando o ano-calendário anterior quanto o próprio ano-calendário. A interpretação dessas regras ainda está em desenvolvimento, e há necessidade de regulamentação para maior clareza.
37	32min e 42seg	Aula 37 - Tributação de Locação de Bens Imóveis na Pessoa Jurídica: Comparação entre Sistemas Atual e Novo (IVA Dual) A aula abordou a nova sistemática tributária que entrará em vigor a partir de 2027, com a introdução do IVA dual, composto pelo IBS e CBS. Foi discutido um exemplo de tributação em operações de locação de bens imóveis por uma pessoa jurídica, destacando a diferença entre o sistema atual e o novo sistema. A nova sistemática pode aumentar a carga tributária em 41,92% em comparação ao sistema atual de PIS e COFINS. No entanto, dependendo das circunstâncias, como a possibilidade de creditamento, a tributação pode ser mais vantajosa. A importância de uma boa contabilidade para otimizar a carga tributária foi enfatizada. A aula concluiu com a promessa de continuar a discussão sobre locação de bens imóveis, comparando a tributação entre pessoa jurídica e física.
38	48min e 05seg	Aula 38 - Tributação de Locação de Bens Imóveis na Pessoa Física: Com e Sem IBS e CBS A aula abordou a tributação do IBS e CBS sobre a locação de bens imóveis, comparando a situação de pessoas físicas e jurídicas. Foi discutido como a carga tributária varia dependendo se a pessoa física é ou não contribuinte regular do IBS e CBS. A aula destacou que, para pessoas físicas não contribuintes, a alíquota efetiva pode ser menor, mas ainda próxima da

		alíquota de uma pessoa jurídica. Além disso, foi mencionado que a pessoa jurídica pode se beneficiar de créditos tributários, o que pode reduzir ainda mais a carga tributária. A conclusão sugere que, em muitos casos, pode ser mais vantajoso estruturar a locação de imóveis através de uma pessoa jurídica devido a esses benefícios fiscais e ao profissionalismo na gestão dos ativos.
39	42min e 48seg	Aula 39 - Redutor Social na Tributação de Bens Imóveis: IBS e CBS A aula abordou a tributação do IBS e CBS, focando no redutor social, que permite reduzir a base de cálculo em operações de venda e locação de bens imóveis residenciais. Para vendas de imóveis residenciais novos, é possível deduzir R\$ 100 mil da base de cálculo, enquanto para locações, o redutor é de R\$ 600 por imóvel. A aula destacou a diferença entre redutores de base de cálculo e de alíquota, e comparou os impactos tributários para pessoas físicas e jurídicas. A próxima aula tratará do redutor de ajuste, que ainda necessita de regulamentação.
40	01h, 01min e 48seg	Aula 40 - Redutor de Ajuste: Entendendo a Redução da Base de Cálculo em Alienações Imobiliárias A aula abordou o tema do redutor de ajuste, que é uma forma de reduzir a base de cálculo para impostos e contribuições em operações de alienação de bens imóveis. O redutor de ajuste provavelmente será vinculado ao Cadastro Imobiliário Brasileiro e se aplica a contribuintes regulares do IBS-CBS. A aula destacou a complexidade da legislação e a necessidade de regulamentação para uma interpretação mais clara. Foram discutidas as regras para calcular o valor inicial do redutor de ajuste, considerando o valor de aquisição atualizado pelo IPCA e outras despesas, como o ITBI. A opção entre diferentes métodos de cálculo deve ser feita até 31 de dezembro de 2026, ou então a partir de 01/01/2027, deve ser observada a regra do inciso III do art. 257. A aula enfatizou a importância de entender essas regras para otimizar a carga tributária em operações imobiliárias.
41	01h, 11min e 09seg	Aula 41 - Redutor de Ajuste e Impactos na Base de Cálculo A aula abordou o redutor de ajuste no contexto do novo sistema tributário do IVA dual, especificamente para operações de alienação de bens imóveis. Foram discutidos os cálculos para determinar a base de cálculo ajustada e a aplicação de alíquotas efetivas de IBS e CBS. Exemplos práticos foram utilizados para ilustrar a diferença entre integralizar um imóvel pelo valor de mercado ou pelo valor da declaração de imposto de renda, destacando as implicações fiscais de cada escolha. A aula também mencionou a importância de considerar o redutor social em casos específicos de imóveis residenciais novos. Em resumo, o redutor de ajuste pode oferecer vantagens fiscais significativas, dependendo do cenário e das escolhas feitas na integralização de bens imóveis.
42	48min e 12seg	Aula 42 - Incidência de IBS e CBS em Operações Societárias - parte 1 A aula abordou a incidência de IBS e CBS em operações societárias, destacando que não há incidência desses tributos na integralização de capital social, independentemente de o sócio ser contribuinte ou não. No entanto, na

		devolução de capital social, pode haver incidência de IBS e CBS se o bem devolvido tiver permitido apropriação de crédito pela pessoa jurídica e o sócio não for contribuinte regular. A aula também mencionou que a próxima sessão tratará da transferência de participações societárias e sua possível tributação.
43	35min e 28seg	Aula 43 - Incidência de IBS e CBS em Operações Societárias - parte 2 A aula abordou a incidência de IBS e CBS em operações societárias, como devolução de capital social, pagamento de dividendos in natura, e transmissão de participação societária. Foi explicado que a tributação ocorre quando há transmissão de bens de um contribuinte para um sócio não contribuinte, especialmente se a empresa se apropriou de créditos ao adquirir o bem. A aula destacou a importância de entender as regras do artigo 5º, inciso 3º, para determinar a incidência tributária nessas operações.
44	01h, 01min e 11seg	Aula 44 - Tributação de Bens de Uso Não Oneroso em Holdings: IBS e CBS A aula abordou a incidência do IBS e CBS em operações de uso não oneroso de bens pertencentes a pessoas jurídicas, como no caso de sócios que utilizam imóveis da sociedade holding sem custo. Foi discutida a tributação dessas operações, destacando a possibilidade de fiscalização mais eficaz com o Cadastro Imobiliário Brasileiro. A aula também comparou a cessão não onerosa com a locação, sugerindo que a locação pode ser mais vantajosa devido à tributação potencialmente elevada da cessão gratuita. A recomendação final foi evitar colocar bens pessoais em holdings para evitar complicações fiscais.
45	01h, 31min e 46seg	Aula 45 - Tributação de Curta Duração e a Tributação de Bens Fornecidos de Forma Não Onerosa A aula abordou a legislação tributária relacionada ao IBS e CBS, destacando a complexidade e a necessidade de interpretação cuidadosa das novas regras. Foram discutidas questões sobre a tributação de bens de uso e consumo pessoal pelo sócio (fornecimento não oneroso pela empresa) e a possibilidade de uso de usufruto para evitar certas tributações. A locação de curta duração, como as realizadas por plataformas como Airbnb, foi destacada, com a tributação sendo equiparada às regras de serviços de hotelaria, aplicando-se uma alíquota de 16,8% sem direito a redutor social. Também foi mencionado o regime de transição para contratos residenciais e não residências, que pode permitir uma alíquota reduzida de 3,65% sobre a receita bruta, embora sem a possibilidade de apropriação de créditos e utilização de redutor social. A importância de uma contabilidade precisa e a necessidade de atualização constante dos profissionais da área foram enfatizadas, dado o impacto das novas normas tributárias.
46	38min e 25seg	Aula 46 - Reforma Tributária e ITCMD: Novas Regras e Tributação de Bens no Exterior A aula abordou o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) e as mudanças propostas pelo Projeto de Lei Complementar 108 de 2024, que faz parte da reforma tributária em tramitação no Congresso

		Nacional. A discussão incluiu a Emenda Constitucional 132 de 2023, que trouxe previsões para a tributação de bens no exterior e a necessidade de regulamentação por lei complementar. Foi mencionado o caso do falecimento de Silvio Santos, que gerou debate sobre a constitucionalidade da tributação de bens no exterior. A aula destacou a importância de os estados atualizarem suas legislações para se adequarem às novas regras e a expectativa de que o PLP 108 seja sancionado em breve, trazendo mudanças significativas na tributação e planejamento sucessório.
47	30min e 31seg	Aula 47 - Reforma Tributária e o PLP 108: Impactos no ITCMD A aula abordou o Projeto de Lei Complementar 108 de 2024, que está em tramitação no Senado Federal e faz parte da reforma tributária. O foco foi nas mudanças propostas para o ITCMD, especialmente em relação à base de cálculo e ao domicílio fiscal. A lei complementar busca uniformizar as regras entre os estados, reduzindo a guerra fiscal e estabelecendo critérios mais objetivos para o domicílio fiscal. A eficácia da lei dependerá de sua publicação e dos princípios de anterioridade anual e nonagesimal. A aula foi interrompida e será continuada na próxima sessão para discutir mais detalhes do projeto.
48	01h, 26min e 43seg	Aula 48 - Impactos do PLP 108 no ITCMD e Sucessão Patrimonial A aula abordou o Projeto de Lei Complementar 108, que trata do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação). Foram discutidos diversos aspectos do projeto, como o fato gerador do imposto, a definição de doação, a incidência em transmissões gratuitas, e as regras de cálculo e alíquotas. Também foram analisadas as implicações do projeto em relação à legislação estadual e federal, incluindo a necessidade de observância dos princípios de anterioridade anual e nonagesimal. A aula destacou a importância de entender essas mudanças para a estruturação de sociedades holdings e a sucessão patrimonial.
49	46min e 00seg	Aula 49 - Distribuição Desproporcional de Lucros e Implicações Tributárias A aula abordou a distribuição desproporcional de lucros em sociedades limitadas e anônimas, destacando a importância de justificar essa prática com um propósito negocial para evitar que seja considerada um ato de liberalidade, o que poderia implicar na cobrança de ITCMD. Foi discutido o projeto de lei complementar 108 de 2024, que inicialmente incluía a distribuição desproporcional como doação, mas essa previsão foi retirada. A aula também mencionou a necessidade de registrar atas na junta comercial para dar eficácia perante terceiros, como os fiscos estaduais e federais. Além disso, será introduzida pelo PLP 108 uma mudança no Código Tributário Nacional para esclarecer a competência do ITBI e ITCMD.
50	01h, 02min e 39seg	Aula 50 - Tributação de Altas Rendas: Análise do PL 1087 A aula abordou o Projeto de Lei 1087, que está em tramitação na Câmara dos Deputados e propõe mudanças na tributação do imposto de renda para pessoas físicas. O foco é a implementação de uma tributação mínima de 10% para pessoas que recebem rendimentos tributáveis e não tributáveis acima de R\$

		1,2 milhão. Para rendimentos entre R\$ 600 mil e R\$ 1,2 milhão, a alíquota será progressiva de 0% a 10%. A proposta visa garantir que aqueles com altos rendimentos, especialmente de fontes não tributáveis como dividendos, contribuam com um imposto mínimo. A expectativa é que o texto do projeto ainda sofra alterações antes de sua aprovação final.
51	01h, 12min e 42seg	Aula 51 - Preenchimento da Declaração de Imposto de Renda: Aspectos Essenciais e Integralização de Capital Nesta aula, foi abordado o processo de preenchimento da declaração de imposto de renda, com foco em aspectos importantes como a declaração de rendimentos tributáveis, deduções permitidas, e a importância de informar corretamente a aquisição de ações e a integralização de capital em sociedades. Também foi discutido como lidar com dividendos e a importância de entender a disponibilidade jurídica e econômica dos rendimentos. A aula destacou a necessidade de precisão no preenchimento para evitar problemas futuros e preparou o terreno para a próxima aula, que tratará de doações e reservas de usufruto.
52	01h, 09min e 35seg	Aula 52 - Declaração de Imposto de Renda: Doações e Vendas de Participações Societárias com e Sem Reserva de Usufruto Na aula, foi abordado o processo de declaração de imposto de renda relacionado a doações e vendas de participações societárias, com ou sem reserva de usufruto. Foram explicados os procedimentos para preencher corretamente as declarações tanto do doador quanto do donatário, assim como do vendedor e do comprador. A importância de detalhar as operações para a Receita Federal foi destacada, garantindo que todas as informações estejam claras para evitar problemas futuros. A aula também mencionou a introdução de um novo código pela Receita Federal para holdings patrimoniais, que será explorado na próxima sessão.
53	38min e 16seg	Aula 53 - Novo Código de Holding Patrimonial na Declaração de Imposto de Renda A aula abordou a introdução de um novo código pela Receita Federal para a declaração de imposto de renda, relacionado a holdings patrimoniais. Foi explicado que esse código visa classificar participações societárias em empresas que detêm bens que antes pertenciam ao sócio, como imóveis e outros ativos. A Receita Federal não está preocupada com o conceito tradicional de holding, mas sim com a administração de patrimônios por meio de pessoas jurídicas. A aula também destacou a importância de refletir corretamente essas estruturas na declaração de imposto de renda, considerando as novas normas e interpretações.

MÓDULO IV
ASPECTOS DO REGISTRO E PÓS REGISTRO
13 aulas: 08 horas, 33 minutos e 20 segundos

AULA	TEMPO DE AULA	CONTEÚDO DA AULA
01	49min e 14seg	Aula 01 - Processo de Registro e Legalização de Sociedades Holding no Brasil A aula abordou o processo de registro e legalização de empresas, com foco em sociedades holding. Destacou-se a importância da escolha do tipo societário e da natureza jurídica, além dos procedimentos necessários para registro na junta comercial. Foi discutida a integração dos órgãos através da rede SIM, que visa simplificar e agilizar o processo de abertura de empresas. A aula também mencionou as diferenças entre os sistemas utilizados pelas juntas comerciais em diferentes estados e a necessidade de procedimentos pré e pós-protocolo para o registro. Concluiu-se que, apesar das variações regionais, o processo de registro e legalização segue uma lógica semelhante em todo o Brasil.
02	42min e 13seg	Aula 02 - Processo de Registro e Legalização de Empresas: Viabilidade e DBE A aula abordou o processo de registro e legalização de empresas, destacando a importância da consulta de viabilidade e do DBE (Documento Básico de Entrada) no processo de abertura e alteração de empresas. Foi enfatizada a necessidade de consistência nos dados informados nesses documentos e no contrato social, para evitar problemas durante o registro. A aula também discutiu a estrutura de empresas em termos de matriz e filial, e como esses conceitos se aplicam ao registro e à baixa de empresas. Além disso, foram mencionadas as diferenças nos sistemas utilizados pelas juntas comerciais em diferentes estados do Brasil.
03	41min e 22seg	Aula 03 - Procedimentos Iniciais para Abertura de Empresas: Consulta de Viabilidade e Registro A aula abordou o processo de abertura de empresas, com foco na consulta de viabilidade, que é um dos primeiros passos para registrar uma empresa, incluindo sociedades holdings. Foram discutidos aspectos como a escolha do tipo societário, a importância de definir o município e o órgão de registro, e a diferença entre unidades produtivas e auxiliares. Também foi explicado como preencher corretamente os dados na viabilidade, como o endereço e o quadro societário, e a importância de garantir que as informações estejam alinhadas com os documentos jurídicos. A aula destacou a necessidade de atenção aos detalhes para evitar problemas com registros e alvarás.
04	43min e 25seg	Aula 04 - Viabilidade e Abertura de Empresas: Nome Empresarial, Objeto Social e CNAEs

		A aula abordou o processo de viabilidade para a abertura de empresas, destacando a importância de escolher corretamente o nome empresarial, o objeto social e os CNAEs. Foi discutida a análise automática e manual dos nomes empresariais pelas juntas comerciais, a relação entre o objeto social e os CNAEs, e como isso impacta na tributação e nos alvarás. Também foram abordadas as informações complementares necessárias para o município e o Corpo de Bombeiros, além da importância de entender as classificações de risco. A aula concluiu com a preparação para o próximo passo, que é a solicitação do DBS CNPJ.
05	45min e 11seg	Aula 05 - Procedimentos para Abertura de Sociedade Holding e Preenchimento do DBE-CNPJ A aula abordou o processo de abertura de uma sociedade holding, destacando a importância do Documento Básico de Entrada (DBE) no CNPJ. Foi explicado como preencher o DBE após a viabilidade, incluindo informações como natureza jurídica, capital social e quadro de sócios e administradores. A aula também discutiu a integração com a Receita Federal e outros órgãos, além de esclarecer sobre o porte da empresa e a dispensa de alvarás para determinadas atividades. A próxima aula promete abordar o nome empresarial e suas regras de composição.
06	50min e 38seg	Aula 06 - Composição e Proteção do Nome Empresarial em Sociedades Nesta aula, exploramos a importância da composição do nome empresarial, especialmente em sociedades limitadas e anônimas. Discutimos as regras para a escolha entre firma e denominação, destacando a necessidade de seguir normas específicas para evitar exigências. Também abordamos a proteção do nome empresarial, que é estadual, em contraste com a proteção nacional das marcas registradas no INPI. Além disso, vimos a possibilidade de incluir o nome fantasia no contrato social para proteção adicional. Na próxima aula, avançaremos para o requerimento eletrônico, essencial para a abertura de empresas na junta comercial.
07	49min e 45seg	Aula 07 - Requerimento Eletrônico e Registro Empresarial: Procedimentos e Detalhes Essenciais Nesta aula, exploramos o sistema de requerimento eletrônico utilizado por diversas juntas comerciais no Brasil, como as de Santa Catarina, Bahia, Pernambuco e Pará. Discutimos o processo de abertura e alteração de empresas, destacando a importância de preencher corretamente o contrato social e como ele se relaciona com o DBE-CNPJ e a consulta de viabilidade. Também abordamos a distribuição de cotas e a integralização do capital social, além de mencionar cláusulas contratuais relevantes, como a cláusula de lock-up. A aula enfatizou a necessidade de precisão e coerência nas informações fornecidas ao longo do processo de registro empresarial.
08	22min e 52seg	Aula 08 - Requerimento Eletrônico e Constituição de Sociedades: Procedimentos e Obrigações Legais Nesta aula, exploramos o processo de requerimento eletrônico para a constituição de sociedades, destacando a importância de preencher

		corretamente os campos obrigatórios e opcionais, como a assinatura de documentos e a declaração de veracidade. Discutimos a necessidade do visto de advogado em contratos sociais, exceto para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a legislação vigente. Também abordamos a utilização de inteligência artificial para verificar a consistência das informações nos documentos submetidos à junta comercial. A aula enfatizou a colaboração entre contadores e advogados para garantir um processo eficiente e em conformidade com as normas legais.
09	36min e 59seg	Aula 09 - Registro de Atos Societários e Poder de Voto do Usufrutuário A aula abordou o processo de registro de atos societários em sociedades holding, destacando a importância do usufruto e do poder de voto exclusivo do usufrutuário. Foram discutidos os procedimentos para informar e qualificar os assinantes no sistema da junta comercial, especialmente quando o voto é exclusivo do usufrutuário. Além disso, a aula explorou a diferença entre processos vinculados e paralelos no contexto de registros comerciais. Na próxima aula, será abordado o uso do assinador web, que é a etapa final para protocolar um processo na junta comercial.
10	26min e 05seg	Aula 10 - Utilização do Assinador Web em Juntas Comerciais Nesta aula, exploramos o sistema Assinador Web utilizado em juntas comerciais para protocolar processos de registro. Discutimos a importância de anexar corretamente documentos como contratos sociais e atas, além de garantir que todos os assinantes necessários completem suas assinaturas, seja por certificado digital ou pelo GovBR. Também abordamos a necessidade de revisar documentos antes de protocolar para evitar erros. A aula foi encerrada com a promessa de continuar explorando o Assinador Web em aulas futuras, preparando o caminho para o último módulo do curso sobre estruturação de sociedades holding.
11	26min e 54seg	Aula 11 - Assinador Web e Protocolos na Junta Comercial Nesta aula, exploramos detalhadamente o funcionamento do sistema de assinador web utilizado pela junta comercial, abordando os diferentes campos para anexação de documentos, como capa principal, instrumento principal e documentos auxiliares. Discutimos a importância da declaração de veracidade e autenticidade, especialmente quando se utiliza portais de terceiros para assinaturas. Além disso, destacamos a necessidade de pagar a taxa DARE corretamente vinculada ao requerimento eletrônico para garantir o protocolo do processo. Na próxima aula, aprofundaremos o tema da declaração de veracidade e autenticidade, conforme as instruções normativas atuais.
12	45min e 28seg	Aula 12 - Declarações de Autenticidade e Veracidade nas Juntas Comerciais Nesta aula, exploramos a evolução das declarações de autenticidade e veracidade no contexto dos processos das juntas comerciais, especialmente com a transição do físico para o digital. A Lei de Liberdade Econômica de 2019 foi um marco importante, permitindo que contadores e advogados autenticem documentos. Com a digitalização acelerada pela pandemia, a

		declaração de veracidade tornou-se essencial para garantir a autenticidade dos documentos digitais. As juntas comerciais adotam práticas variadas, mas a tendência é priorizar assinaturas digitais para evitar problemas futuros.
13	39min e 08seg	Aula 13 - Registro Público de Empresas e Procedimentos nas Juntas Comerciais Nesta aula, abordamos o processo de registro público de empresas nas juntas comerciais, conforme a Lei 8.934/94. Discutimos os despachos possíveis: deferimento, indeferimento e exigência, e os prazos para correção de erros. Também exploramos o procedimento de recursos administrativos e a importância das datas de registro e efeitos. Além disso, destacamos a integração com a Receita Federal e os procedimentos pós-registro, essenciais para a formação de sociedades holding. A aula enfatizou a necessidade de conhecimento em diversas áreas para oferecer um serviço completo e eficaz.

MÓDULO V

COMO CONSTITUIR UMA EMPRESA – SOCIEDADE LTDA

14 aulas: 13 horas, 46 minutos e 30 segundos

AULA	TEMPO DE AULA	CONTEÚDO DA AULA
01	43 min e 58seg	Aula 01 - Estruturação de Sociedade Holding: Abordagem Prática e Multidisciplinar A aula marcou o início do Módulo 5 com foco prático e integrador, abordando a estruturação de sociedades holding como ferramenta essencial para organização, sucessão e proteção do patrimônio familiar. A construção do caso prático serviu como fio condutor para aplicar os conhecimentos adquiridos nos módulos anteriores — incluindo direito societário, civil (família, sucessões e direitos reais), imobiliário, tributário, contabilidade e administração. Destacou-se que a formação de uma holding é um processo complexo e multidisciplinar, que exige planejamento estratégico, análise de riscos e execução cuidadosa. O ponto de partida é a anamnese detalhada, momento crucial para compreender o patrimônio, os objetivos do cliente, o regime de bens, a composição familiar e os eventuais riscos envolvidos. O processo foi dividido em três grandes etapas: Planejamento; Registro e Legalização; e Execução. A aula também ressaltou a importância de parcerias entre profissionais (advogados, contadores e administradores) para garantir a qualidade e a segurança da estrutura, bem como a precificação por fases, considerando o grau de risco e a complexidade de cada etapa. Foram analisados os impactos tributários, como ITCMD e ITBI, além de aspectos da reforma tributária em curso, com ênfase na necessidade de constante atualização profissional. Por fim, destacou-se a relevância da comunicação transparente com o cliente, deixando claras as vantagens, riscos e consequências de cada decisão. Essa abordagem reforça que o trabalho com holdings vai além da técnica: exige sensibilidade estratégica, visão de longo prazo e atuação integrada para gerar valor real ao cliente e segurança à sua sucessão e patrimônio.
02	34 min e 59seg	Aula 02 - Estratégias de Organização Patrimonial e Sucessão Familiar Nesta aula, foi analisado o caso de João dos Santos, que, junto com sua esposa Maria, busca organizar seu patrimônio em função da idade avançada e das iminentes mudanças na legislação tributária. A discussão centrou-se na importância de compreender o perfil familiar e patrimonial para propor soluções eficazes, como a criação de sociedades holding. Os objetivos principais incluem proteção patrimonial, economia tributária, organização e sucessão do patrimônio em vida, além de garantir a continuidade das empresas operacionais da família. A aula preparou o terreno para a próxima, onde será

		detalhada a estruturação ideal para alcançar esses objetivos, assegurando que as soluções propostas atendam plenamente às expectativas da família.
03	01h, 12min e 53seg	Aula 03 - Estruturação de Holding Patrimonial e Planejamento Sucessório para Proteção e Economia Tributária A aula abordou a estruturação de uma holding patrimonial para João e Maria, visando proteção patrimonial, economia tributária e sucessão de bens. A estratégia envolve a criação de uma única holding patrimonial, sem comprometer o regime do Simples Nacional das empresas operacionais. A aula destacou a importância de não incluir bens de uso pessoal na holding para evitar problemas tributários e legais. Além disso, foi discutida a integralização de bens pelo valor da declaração de imposto de renda para evitar ganho de capital elevado. A aula também enfatizou a necessidade de planejamento e documentação adequada para garantir a eficácia e legalidade das operações.
04	58min e 30seg	Aula 04 - Imunidade Tributária do ITBI na Integralização de Capital Social com Bens Imóveis: Desafios e Estratégias A aula abordou a complexidade da imunidade tributária do ITBI na integralização de capital social com bens imóveis. Foi discutido que, embora a Constituição Federal preveja essa imunidade, muitos municípios interpretam de forma restritiva, frequentemente exigindo tributação parcial. A busca pela imunidade total geralmente requer ação judicial, onde há precedentes favoráveis e desfavoráveis. O tema 796 do STF foi mencionado, destacando que a imunidade não se aplica ao valor dos bens que excedem o capital social. A aula enfatizou a importância de não prometer imunidade aos clientes e de considerar cuidadosamente as implicações fiscais e legais ao planejar a integralização de capital.
05	50min e 53seg	Aula 05 - Imunidade Condicional e Incondicional do ITBI em Sociedades A aula abordou a questão da imunidade do ITBI em operações societárias, destacando a diferença entre imunidade incondicional e condicional. Foi discutido o artigo 156 da Constituição Federal, que prevê situações em que o ITBI não incide, como na integralização de capital social e em operações de fusão, incorporação, cisão e extinção de pessoa jurídica. A aula também explicou a importância da atividade preponderante e como ela é avaliada com base na receita operacional. Além disso, foram apresentados cenários judiciais e administrativos sobre a busca de imunidade, destacando a complexidade e os desafios envolvidos. A importância de considerar os objetivos do cliente na formação de uma sociedade holding, além da questão tributária, também foi enfatizada.
06	52min e 15seg	Aula 06 - Planejamento Sucessório e Criação de Holding Patrimonial para João e Maria A aula discutiu a estratégia de sucessão patrimonial e empresarial para o casal João e Maria, que desejam garantir a continuidade de suas empresas e a sucessão de seus bens em vida. A solução proposta envolve a criação de uma holding patrimonial e a doação de cotas das empresas de comércio e serviços para o filho Marcos, que sempre esteve envolvido nos negócios. A doação é

		feita com reserva de usufruto para João e Maria, garantindo que eles mantenham controle e recebam dividendos enquanto vivos. A aula também abordou a importância de respeitar as regras de sucessão, garantindo que a parte disponível do patrimônio seja doada conforme desejado, sem infringir a legislação. Além disso, a escolha de não incluir Marcos como sócio na holding está relacionada a questões do regime tributário do Simples Nacional.
07	01h, 19min e 21seg	Aula 07 - Estratégias de Sucessão Patrimonial e Gestão de Riscos Nesta aula, exploramos o planejamento sucessório de João e Maria, centrado na doação de cotas das sociedades para os filhos e neto, com o objetivo de minimizar conflitos futuros e otimizar questões tributárias. Marcos não integrará a holding para evitar riscos de desenquadramento do Simples Nacional, preservando o regime tributário das empresas. Destacou-se a importância de documentar riscos e decisões, seja por cartas de conforto ou gravações, para assegurar transparência e segurança na relação com o cliente. A estratégia inclui cláusulas de usufruto e encargos específicos, garantindo que os objetivos sucessórios e patrimoniais sejam alcançados de forma eficaz e segura.
08	44min e 32seg	Aula 08 - Contrato Social e Doação de Cotas: Estratégias e Implicações Jurídicas A aula explorou a formação de uma holding patrimonial pela família Santos, com foco no contrato social e na doação de cotas, abordando aspectos tributários e legais. Foram discutidas cláusulas de gravames, como incomunicabilidade, inalienabilidade e impenhorabilidade, e a necessidade de justificá-las, especialmente em doações que adiantam a legítima. A importância de cláusulas de reversão foi destacada para evitar que os bens doados sejam inventariados, se assim for o desejo dos praticantes. A aula preparou o terreno para a próxima sessão, que abordará o cálculo do ITCMD na doação de cotas, considerando legislações específicas de estados como Paraná e Santa Catarina.
09	01h, 05min e 57seg	Aula 09 - Estratégias Fiscais na Transmissão de Cotas Societárias A aula discutiu a transmissão de cotas de sociedades para filhos e netos, com foco no ITCMD, um imposto estadual sobre doações. Foram comparadas as legislações de Santa Catarina e Paraná, destacando como o domicílio fiscal do doador afeta o cálculo do imposto. Optar pelo Paraná mostrou-se mais vantajoso devido a alíquotas menores e métodos de avaliação menos onerosos. A importância de estruturar adequadamente a holding patrimonial foi enfatizada, considerando as implicações fiscais das estratégias de doação e a necessidade de planejamento para otimizar a sucessão patrimonial em vida.
10	01, 24min e 20seg	Aula 10 - Estratégias de Sucessão Patrimonial em Vida A aula explorou detalhadamente o processo de doação de cotas em uma sociedade holding, enfatizando a necessidade de um planejamento sucessório meticuloso que aborde aspectos tributários, civis e societários. João e Maria, ao doarem cotas para seus filhos e neto, asseguram o usufruto e o direito de voto, além de implementar cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade

		e impenhorabilidade. A justificativa para gravames sobre bens da legítima foi destacada como essencial, garantindo que a transferência de patrimônio ocorra de forma segura e alinhada aos objetivos familiares. A aula sublinhou a importância de antecipar e mitigar possíveis complicações futuras, assegurando que o processo de sucessão em vida seja eficiente e harmonioso.
11	01h, 40min e 40seg	Aula 11 - Vantagens Fiscais na Gestão de Imóveis através de Holdings A aula abordou a comparação entre a tributação de venda e locação de imóveis na pessoa física e jurídica, destacando as vantagens fiscais de realizar essas operações por meio de uma holding. Foi demonstrado que, apesar dos custos iniciais mais elevados para a criação e manutenção da holding, a economia tributária ao longo do tempo e a possibilidade de sucessão patrimonial em vida tornam essa estratégia vantajosa. Além disso, a estruturação da holding oferece proteção patrimonial e profissionalização dos ativos imobiliários. A aula também enfatizou a importância de considerar as mudanças tributárias futuras e os custos associados à manutenção da holding.
12	01h, 19min e 47seg	Aula 12 - Cláusulas Essenciais em Contratos de Holdings Patrimoniais A aula explorou detalhadamente cláusulas essenciais para contratos sociais de sociedades, com foco em holdings patrimoniais. Foram discutidas cláusulas como a de reversão, administração, retirada de sócios e regras para o ingresso de herdeiros, ressaltando suas consequências legais e tributárias. A importância de pactuar essas cláusulas foi destacada como uma forma de prevenir problemas futuros, garantindo que as condições sejam claras e justas para todos os envolvidos. Além disso, a aula alertou sobre a necessidade de considerar a paridade entre os pactuantes para assegurar a validade das cláusulas e evitar possíveis desafios judiciais. Por fim, foi enfatizada a importância de informar os clientes sobre os riscos associados, garantindo que estejam cientes das implicações de cada cláusula no contexto de suas operações societárias.
13	36min e 25seg	Aula 13 - Holdings Patrimoniais: Estruturação e Riscos Tributários A aula abordou a formação de uma sociedade holding patrimonial, destacando a importância de critérios adequados na distribuição de dividendos para evitar problemas fiscais. Foi discutida a constituição da holding, a alteração contratual para doação de cotas com reserva de usufruto, e os riscos tributários associados. A necessidade de documentos como o plano de negócios e o acordo de sócios foi enfatizada, além da recomendação de uma carta de conforto para alertar sobre possíveis riscos fiscais. A aula concluiu com a importância de registrar essas informações para proteger tanto o cliente quanto o profissional.
14	30min e 51seg	Aula 14 - Conclusão e Perspectivas Finais na Estruturação de Holdings A aula final do módulo 5 encerra o curso sobre estruturação de sociedades holding, enfatizando a importância de um planejamento detalhado e execução cuidadosa em projetos de holding. Foram abordados aspectos essenciais, como direito societário, tributário e imobiliário, destacando a necessidade de compreender os objetivos do cliente e adaptar estratégias para atender suas

		necessidades. A precificação dos serviços foi discutida, ressaltando a importância de entregar valor ao cliente e garantir que ele perceba os benefícios do investimento. O curso será complementado com aulas extras para abordar novas regulamentações e estratégias, garantindo que os participantes estejam atualizados e preparados para enfrentar desafios futuros no campo da estruturação de holdings.
--	--	--